CÂMARA MUNICIPAL NISA

ATA Nº 15/2026

DA

REUNIÃO ORDINÁRIA

DA

CÂMARA MUNICIPAL DE NISA

DE

01 DE JUNHO DE 2026

Abertura da Reunião

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de 2026, na Vila de Nisa, na Sala Tejo da Casa das Memórias, na Rua da Cadeia Velha, nº 2 em Nisa, quando eram 15h05, compareceram, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, e Vereadores, Doutora Maria do Rosário Carita Rodrigues, em substituição do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, a fim de se realizar a primeira reunião ordinária do mês de junho da Câmara Municipal de Nisa.

- Presidente, Dr. **José Dinis Samarra Serra**, através de E-mail, datado de 27 de maio, informou que por motivo do gozo de um dia de férias , 1 de junho de 2026, não poderia estar presente na reunião ordinária de 01 de junho de 2026, solicitando a sua substituição, tendo sido substituído ao abrigo do nº 1 e 2 do art.º 78º da Lei 169/99 de 18 de setembro, na sua redação atual, pela cidadã MARIA DO ROSÁRIO CARITA RODRIGUES, imediatamente a seguir na ordem de precedência da Lista do Partido Socialista, pela qual se apresentou nas eleições de 12 de outubro de 2025.

E como se encontravam em número legal para se poderem constituir em Reunião, foi declarada aberta pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Leandro Lopes Semedo, em cumprimento do que determina a alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Compareceram a esta Reunião, para prestar os esclarecimentos que viessem a tornar-se necessários, relativamente aos assuntos agendados na respetiva Ordem de Trabalhos e que dizem diretamente respeito aos seus serviços, os seguintes funcionários municipais:

Assistente Técnica, Senhora Maria do Rosário Cordeiro da Silva, da Seção de Contratualização Pública e Património, Dr. Bento José Sabino Semedo, Chefe de Divisão da Divisão Socio Cultural, Arq. João José Bizarro Portalete e Eng. Joaquim Manuel Bizarro Carqueija ambos da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, Eng. Luís Alberto Gonçalves Marques, Chefe de Divisão da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais.

Procedeu-se, seguidamente, à análise e discussão, tendo em vista a eventual aprovação dos processos que constituem a Ordem de Trabalhos, sendo que os resultados e respetivas votações são as que para cada um a seguir se indica e de que é lavrada a respetiva ata, conforme teor do nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto nº 1 - SEA - Intervenção de munícipes

Este espaço é destinado à intervenção de munícipes que se encontrem na sala e que pretendam apresentar assuntos do seu interesse, conforme o disposto no nº 1 do art.º 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o nº 1 do art.º 8º do Regimento da Câmara Municipal de Nisa, não se tendo verificado qualquer intervenção.

Ponto nº 2 - SEA - Período de antes da ordem do dia.

Apreciação e votação de Ata(s) de Reunião(ões) de Câmara

Apreciadas e votada a Ata da reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa, abaixo mencionada, que foi aprovada, conforme a seguir se indica, tendo sido dispensada a sua leitura (nº1 do art.º 57º da lei nº 75/2013 de 12/09), por ter sido disponibilizada cópia do original:

Ata nº 06/2026 da reunião ordinária de 02/02/2026, aprovada por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, do Vice-Presidente Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadoras Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Vereador Senhor João José Cabim Malpique Rufino e 1 (uma) abstenção por parte da Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, por não ter estado presente na reunião.

Assuntos para conhecimento

- Comunicação datada de 27/05/2026, remetida pelo Presidente da Câmara, Dr.ª José Dinis Samarra Serra, para gozo de 1 dia de férias, dia 1 de junho de 2026, nos termos do artigo 14º da Lei nº 29/87, de 30/06 (Estatuto dos Eleitos locais), republicado pela Lei nº 52-A/2005, no dia 05 de março de 2025.

Informações dos Eleitos:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, referiu a questão da emissão do cartão de Eleito Local, no caso dos Vereadores, solicitam ao Presidente da Câmara, no caso dos Membros da Assembleia, ao Presidente da Assembleia, achando que em 2013 já tiveram esse cartão, deixando aqui a indicação com o preceito legal para se poder usufruir deste cartão.

Perguntou sobre a situação daquela reclamação que aqui trouxeram na anterior reunião, dos danos provocados nas sepulturas do cemitério, que disseram que tinha sido encaminhado para o Gabinete Jurídico, não sabendo se já foi dito alguma coisa aos lesados ou não.

Relativamente à Junta de Freguesia de Montalvão, receberam no e-mail sobre um pedido de reunião com o Presidente da Câmara para discutirem a questão da Feira do Mel, por aquilo que sabe, ainda não houve resposta à Junta de Freguesia, além deste assunto, também já aqui trouxeram a questão da reformulação e reforço dos protocolos com as Juntas de Freguesia, perguntando se já houve alguma evolução sobre este assunto.

Disse haver uma situação também que já se torna recorrente, os membros do executivo não serem envolvidos ou não serem convidados para as iniciativas que a Câmara promove, o que lamenta, tendo já aqui dito numa das reuniões de Câmara é que há mails endereçados para a direção da Câmara com a indicação de convites para os restantes Vereadores e esses convites não chegam, dizendo que normalmente quando lhe chega um convite a sua casa e que não vai para o endereço certo, se conhece, normalmente encaminha-o ou então tenta chegar junto do destinatário efetivo, referindo com isso que isso já aconteceu com a GNR e aconteceu agora no fim de semana passado

com a Santa Casa da Misericórdia, o que é de lamentar, achando que seria bom procederem de outra forma com a análise desses convites, não esquecendo que estão aqui eleitos pelo povo com a votação que tiveram, não ganharam, mas estão aqui para representar alguns dos que ganharam e também alguns dos que perderam.

Perguntou também que algumas pessoas comentaram relativamente, e sabendo que é o monumento de homenagem aos combatentes da Grande Guerra ou da Guerra do Ultramar, na Devesa, se já está previsto quando é a inauguração, quando termina a obra, porque muita gente não sabe aquilo que representa aquele monumento, gostando de ter uma informação precisa para poder no fundo, defender a Câmara ou a população, naquilo que é o investimento municipal, Relativamente à questão do quartel dos bombeiros, as discussões aqui, quando da análise do plano e orçamento, o quartel dos bombeiros seria para começar este ano ainda, mas antes disso tem que ser o projeto aprovado e apreciado, perguntando se já foi atingido o prazo para a entrega, para a aprovação, gostando de ter uma indicação sobre esse assunto.

Relativamente à ponte, veio a público que a CCDR através de uma publicação na Antena 1 do Presidente da CCDRA, Dr. Ricardo Pinheiro a dizer que veio com sérias dúvidas e que certamente poderá haver dinheiro, mas que foi retirado do PRR, nunca mais se teve indicações, achando que é na Câmara que têm que ser defendidas as coisas e que tem que se dar conhecimento também à população.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que relativamente às intervenções e indo de encontro ao que o Vereador disse, o executivo camarário venceu as eleições, sem maioria. no entanto, há diversos eventos aqui no Concelho que vão tendo conhecimento através do Facebook, quando vão tendo conhecimento de inaugurações, como foi a questão da casa dos bolos, com os encontros que há com os bombeiros, que tem a ver também com o CLDS e às reuniões de Câmara vem sempre mais do mesmo, que é ou prorrogações de obras, ou licenças de obras, ou então tudo o que seja custos e orçamentos, sendo só para isso que aqui estão, tudo o que seja o resto do que faz um Vereador ou que deve estar também em todas as iniciativas promovidas pelo executivo Municipal, estão sempre à margem, ou seja, parece que não existem aqui, mas existem, como disse o Vereador João e bem, o PS ganhou não foi com maioria, também eles entraram, Vereadores da CDU e do PSD, no entanto, anda-se aqui há oito meses a discutir um orçamento, andando-se com um orçamento que não foi aprovado, anda-se a discutir obras que andam a ser prorrogadas meses e meses e indo aqui aos pontos que desde novembro que já pediu aqui na reunião de Câmara, por diversas vezes alguns assuntos que trouxe e que não teve resposta, ou então que as respostas que chegaram e que lhe disseram aqui na reunião que iriam ser efetuadas referindo algumas, Centro cultural de Alpalhão, tendo aqui falado que precisava de uma restauração porque estava com o espaço deficitário, desde 2013 que não eram feitas obras de manutenção, até à data está tudo igual, Centro de Saúde de Alpalhão, perguntou como estava a situação, tendo sido referido aqui em reunião de Câmara, que isto era uma obra que tinha a ver com a ULSNA, no entanto, quem lá foi meter o primeiro tijolo foi a Câmara, estando ainda recordada desse dia no dia da inauguração, à volta do centro do Centro de Saúde está a rede no chão, restos de obras, ferros, a envolvente ao Centro Cultural está cheia de ervas, os ferros do muro veem-se

cá de fora, ou seja, está num total estado de abandono, sendo essa a sua consideração e o que acha daquela obra.

Relativamente ao Polidesportivo, também falou que iriam haver dois torneios de futsal. para se ter em conta a rede que está toda rota, questionando se acontecer algum incidente de quem é a culpa. Lembra-se também de questionar a Câmara relativamente às bocas de incêndio, estando-se a chegar à altura dos incêndios e está tudo na mesma, nada foi arranjado, as portas estão partidas, não sabendo se estão em funcionamento, o Jardim municipal de Alpalhão que só lá vai uma empresa cortar a relva ao lado do Calvário ficando o restante Jardim por limpar, parecendo-lhe que está ao abandono.

Colocou aqui também uma questão ao executivo que tem a ver com o quiosque, que está na Vila de Alpalhão, que só funcionou no primeiro ano que foi criado e serve de escritório, se se pretende continuar com esse quiosque, como está, se têm alguma ideia para dinamizar as Termas, uma vez que a estrada das Termas fica perto desse quiosque, ficando também aqui uma pergunta que aguarda uma resposta.

Disse gostar também de saber em que ponto está a situação do quartel dos bombeiros porque também até à data, nunca mais se falou sobre esse assunto, tendo também alguns pedidos de umas Senhoras que moram na Estrada das Amoreiras, em que referem que há baratas provenientes nas redes de esgotos e essas baratas estão a potenciar vários riscos de saúde pública, tanto nas casas como nas artérias, pelo que gostaria de saber se a Câmara já tem algum ponto dessa situação, se já deu alguma resposta aos moradores, se se está, a pensar fazer alguma limpeza, tendo em conta que isso é uma situação de saúde pública, gostando de saber se já há alguma resposta ou não.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, chamou a atenção para a questão que colocou há cerca de um mês relativamente às sepulturas. Sabendo que o Senhor Presidente, na última reunião, referiu que o assunto estava a ser tratado pela direção jurídica e reconhecendo a sua melindrosidade, reforçou a importância de haver celeridade para evitar problemas maiores na resposta à população.

Por outro lado, chamou a atenção do executivo em funções para o facto de a proposta para transmitir as reuniões *online* continuar a aguardar uma posição devido ao Regulamento Geral de Proteção de Dados. Salientou que a situação está a tornar-se caricata, pois as pessoas questionam e a resposta é sempre a mesma. Apesar de considerar que insistir no assunto pode parecer excessivo, sublinhou que já passou demasiado tempo para resolver uma situação simples: não é necessário filmar os munícipes presentes na sala, bastando filmar os eleitos. Sendo estes figuras públicas, não podem bloquear a captação da sua imagem, evitando-se assim a especulação em torno deste tema, que não fica bem a ninguém.

Por fim, referiu novamente à situação das casas de banho no terminal rodoviário, tratando-se de uma infraestrutura necessária. Considerou muito desagradável ver as pessoas a sair do Expresso e a correr à procura de uma instalação sanitária, ouvindo-se alguns moradores da zona a fazer comentários. Concluiu referindo que esta é uma situação que não transparece uma bòa imagem e que pode ser resolvida rapidamente.

Pediu ao Senhor Vice-Presidente, hoje Presidente em substituição, que lhe prestasse uma informação sobre a problemática da ponte. Conforme se percebeu pelas notícias, o financiamento do PRR ficou indisponível para esta obra, sabendo-se também que resultou uma obrigação para este executivo e para esta autarquia com a assinatura do auto de consignação. Assim, solicitou que se esclareça de que indemnização se trata e que custos terá a Câmara de suportar com esta situação, uma vez que o empreiteiro não tem culpa do ponto a que as coisas chegaram, sendo fundamental perceber o impacto financeiro que tal representará.

Solicitou também o plano da Associação Nisa e Benfica, pedindo ainda que, se possível, fossem disponibilizados os planos das várias associações para permitir uma avaliação mais global do que pretendem, estando todos em consonância com essa necessidade.

Relativamente aos bombeiros e ao quartel, gostaria de perceber em que ponto se encontra o processo, dado que, no orçamento não aprovado, a verba prevista para a obra era de apenas cerca de 20 a 25 mil euros, o que significava que a empreitada não iria iniciar em dezembro, ou que muito pouco se faria. Nesse sentido, gostaria de saber se o projeto já está concluído e se já foram feitas as démarches para a candidatura.

Por fim, acompanhando o que referiram os restantes colegas, e independentemente de terem vidas profissionais diferentes e de não estarem em efetividade de funções, salientou que ficaria bem que os membros deste executivo fossem convidados para os vários eventos. Referiu que, se estivesse no lugar do executivo, assim o faria; contudo, a verdade é que, quando questionados, a resposta é de que não fazem ideia do que se passa. Em alguns casos, nem tinha conhecimento dos eventos por continuar bloqueada na página de Facebook da Autarquia, sabendo das coisas muito tempo depois. Chamou a atenção para esta situação por considerar que o convite institucional ficaria bem a todos.

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que em resposta a algumas das questões aqui colocadas, antes de mais, gostaria de dizer que têm consideração por todos aqueles que estão em termos de representação política e daquilo que é a defesa do bem comum da autarquia, no entanto, há aqui situações que são recorrentes algumas delas, tendo o Vereador João colocado aqui um conjunto de questões que tem a ver com a emissão do cartão para representação, não achando que isso não seja pacífico, não havendo qualquer problema.

Em relação às sepulturas, que foi uma das situações que foi aqui colocada, em termos gerais, isto está na parte jurídica, aguardando-se da parte jurídica, tentar perceber-se se na realidade o seguro que se tem cobre ou não esses danos, estando a falar-se de uma situação em que a sepultura é uma propriedade privada em espaço público, tendo-se ali uma situação em que tem que se ver em termos do seguro, o que é que pode aqui em termos jurídicos, se se pode ou não ser feito.

Quanto à Feira do Mel, foi da parte do Senhor Presidente que foi desencadeada a situação, escreveu um e-mail ao Senhor Presidente da Junta a tentar perceber se havia ainda interesse este ano ou não, em continuar a fazer a Feira, ele respondeu que sim, partiu-se do pressuposto que sim, achando que houve resposta da parte do Senhor Presidente.

Referiu ainda que quanto à transferência dos acordos inter-administrativos se está neste momento a trabalhar neles, esperando-se reunir com as Juntas de Freguesia, estando-se neste momento a fazer o trabalho de casa.

Relativamente aos convites que têm chegado para eles poderão ser reencaminhados para os emails respetivos.

A situação do quartel dos bombeiros neste momento aguarda, parecer da parte da NPC, estando nessa instância para ser visto e se for o caso de corrigir alguma situação, têm que aperceber-se em que modelo é que se pode encaixar aquele projeto, se está enquadrado segundo as normas que são as da NPC, neste caso em termos regionais está tudo OK, dizem que sim, a nível nacional, está-se a aguardar que haja essa resposta da parte da NPC, para se poder avançar com um projeto depois em resultado disso, em relação a não estar não estar no orçamento, o valor ser diminuto em termos de obra é mesmo por esses pareceres que demoram algum tempo e que não foi colocada lá a verba significativa porque se sabia logo à partida que não iria ser uma coisa que se podia iniciar logo, daí a verba ser mais reduzida no ano de 2026.

Quanto à questão do monumento de homenagem dos combatentes, neste momento o que se está a aguardar é só mesmo peças para terminar a obra, do próprio empreiteiro, é uma espécie em chapa.

Quanto às questões da Vereadora Ana Cecília, no que diz respeito ao Centro Cultural de Alpalhão como já foi dito que algumas dessas obras que possam ser feitas em termos internas, serão vistas, mas a estrutura pensa que merece ali um alvo de um olhar um pouco maior do que aquilo que é o pontual da obra, terá que ser feito alguma intervenção um bocado mais musculada.

Quanto ao Centro de Saúde de Alpalhão, a questão do abandono já foi por mais do que uma vez falada e a situação se prolonga no tempo e que se a ULSNA, como dona da obra, a reposição daquela rede pelo menos era o mínimo que se exigia e isso foi na altura falado nessa visita que houve da ULSNA ao Concelho de Nisa, não sabendo se, entretanto, houve alguma evolução ou não.

Quanto às bocas de incêndio, parece que é uma situação que se poderá rever com a Proteção Civil, tendo sido feito o levantamento de todas as bocas de incêndio, sendo uma questão de falar com o Comandante da Proteção Civil para saber se já foi reposta algumas das situações que estavam para resolver ou não.

Em relação ao polidesportivo, tem-se previsto, como já foi dito anteriormente, a questão do piso, tanto o de Nisa como o de Alpalhão, os outros também estão num estado um bocado mais avançado, mas a prioridade seriam estes dois, a rede em Alpalhão, aquela questão, tendo dado indicações a semana passada para irem cortar os ferros e as redes.

O Jardim municipal, tal como já foi dito há uns tempos que é intenção requalificar o Jardim, enquanto não se faz, a empresa neste momento está a fazer a manutenção daquele espaço e pensa que está um pouco mais agradável, não sendo aquilo que se pretende, mas a ideia é corrigir essas situações.

Relativamente ao quiosque não há qualquer intenção neste momento, fazer qualquer coisa no quiosque, mas, entretanto, com a requalificação daquele espaço, já que vai haver uma intervenção também na parte do Mercado Municipal, pode ser incluída provavelmente naquela área requalificadora que se está a falar.

Em relação à Estrada das Amoreiras, disse desconhecer o que se passa, indo verificar posteriormente, dizendo que periodicamente é feita uma desbaratização da parte dos esgotos anualmente, sendo, neste momento a responsabilidade das Águas do Alto Alentejo.

Quanto ás questões da Vereadora Fernanda, a proposta de transmissão online, tudo leva a crer que em termos de RGPD, sendo isso que se queria, que chegasse uma situação definitiva em relação ao RGPD não só a transmissão como os dados que são aqui veiculados, não são da imagem pública da pessoa, mas também dos dados que possam estar aqui em causa.

Quanto às casas de banho do terminal rodoviário, neste momento está-se a tentar ver a situação da reversão e tratamento daquilo que supostamente é o do terminal rodoviário e arranjar um espaço alternativo e que foi também alvo de uma reunião com o Grupo Motard há coisa de uma semana que se está a tentar arranjar uma alternativa para que se possa fazer uma alteração ao que é a sede neste momento da associação e que se possa em conjunto, voltar a que o terminal funcione como tal e ter esse problema da casa de banho e se houver situação de alguma concessão a terceiros para o uso do espaço do pequeno bar, que existe lá e das casas de banho para estarem abertas ao público, sendo essa a situação neste momento.

Quanto aos planos de atividade, neste caso do Nisa e Benfica foi a única instituição que enviaram, podendo se for caso, indicar pelo menos aqueles que chegaram, podendo fazer chegar também para que possam apreciar.

Em relação à ponte, a informação que existe neste momento, não sendo oficial, não existe questão que aponte que caiu a verba ou deixou de existir a verba, oficialmente, não há informação, em relação à ponte continua a fazer parte integrante do PRR, independentemente das declarações que possam ter vindo a público, no seguimento destas declarações, o Senhor Presidente tomou a iniciativa também de voltar a enviar, além das três comunicações, que já tinha remetido ao Senhor Ministro da Coesão, voltou novamente a remeter uma comunicação para o Senhor Ministro para saber qual é que é o ponto de situação, fruto da intervenção que houve do Presidente da CCDR na altura em declarações à Antena 1, logo no mesmo dia, enviou-se uma comunicação ao Senhor Ministro a pedir algumas explicações, já que se teve conhecimento tal como os senhores Vereadores tiveram, pedindo que nos fosse feito um ponto de situação que neste momento aguardamos.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, disse entender a ausência de uma comunicação oficial; contudo, salientou que, em termos de prazos de conclusão da obra, existia um calendário que já foi ultrapassado. Isso significa que o cronograma previsto é impossível de cumprir, já não sendo exequível terminar a intervenção até ao final do mês de março, nem concluir a ponte até ao final do ano.

Ressalvou que existe aqui um problema efetivo, independentemente de haver ou não uma comunicação oficial e de a ponte poder vir a ser financiada futuramente ao abrigo de outro programa, o que considera provável, dado que o processo já se encontra em andamento. No entanto, sublinhou que o executivo assumiu responsabilidades e compromissos sem ter a garantia de que conseguiria avançar nos prazos estabelecidos.

Nesse sentido, questionou se já foi feito o levantamento das responsabilidades que o Município terá de assumir relativamente ao incumprimento deste programa, independentemente do que é divulgado pela comunicação social, e perguntou em que montante se traduzirá essa situação em termos de indemnização para a Autarquia.

- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse que a única coisa que lhe pode dizer é que realmente foi feita essa comunicação ao Senhor Ministro e foi-lhe pedido que ele esclarecesse, estando-se neste momento a aguardar que façam chegar essa comunicação de forma oficial e que se possam dar os passos seguintes independentemente de haver ou ser dentro do PRR ou ser noutro programa, no entanto, tendo sido o Senhor Ministro em visita a Portalegre que disse que não estava em causa a ponte sobre o Rio Sever, uma coisa também se contradiz à outra, não estando em causa a ponte em termos daquilo que é o financiamento, esse será sempre assegurado, possivelmente outras vias para se poder executar a obra, se é dentro do PRR se é fora do PRR se é noutro programa operacional não se sabe, sendo essa informação que tem, não lhes podendo estar a dar outra, porque também não a tem.

Ponto nº 3 – SF/TESOUR - Deliberação Nº 213/2026
Resumo Diário de Tesouraria.

A Câmara Municipal de Nisa reunida, aprova por unanimidade, com 5 (cinco) votos favoráveis, Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e dos Vereadores, Senhor Rafael José Tremoço Pinheiro Moura, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, nos termos da documentação disponibilizada pela Secção Financeira e cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Ata, a situação relativa ao Resumo Diário da Tesouraria nº 97, referente ao dia 25 de maio de 2026 e em que os respetivos numerários são os a seguir transcritos:

- Operações orçamentais: 3.196.901,38 €

- Operações não orçamentais: 188.424,81 €

PONTO Nº 4 – SCPP - Deliberação: 214/2026
Concurso Público para "Cessão de Exploração do Snack-Bar da Piscina Municipal de Tolosa" - Aprovação da decisão de Adjudicação e Minuta do Contrato.

Nos termos da IP Nº 4848/2026, de 25 de maio, da Seção de Contratualização Pública e Património, o Executivo reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília

Manteiga Carrilho, a decisão de adjudicação da Cessão de Exploração do Snack-bar da Piscina Municipal de Tolosa, a Teresa Pimentel Duarte, pelo valor mensal de 100,00 €, bem como a respetiva minuta, nos termos das alíneas e) e ee) do art.º 33º da Lei 75/2013 de 12/09.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, perguntou se não houve mais ninguém a concorrer e se essa pessoa que concorreu tem experiência na área, tendo sido prestados os esclarecimentos solicitados

PONTO Nº 5 – SCPP– Deliberação Nº 215/2026
Concurso Público de empreitada para "Beneficiação da estrada Municipal 525-1" - Aprovação do procedimento, das respetivas peças e da Constituição do Júri.

Nos termos da IP Nº 4864/2026, de 25 de maio, da Seção de Contratualização Pública e Património, o Executivo reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o lançamento de um concurso público nos termos do previsto na alínea a) do artigo 19º conjugado com o artigo 130º e seguintes, todos do CCP, a aprovação das peças do procedimento nos termos do nº 2 do artigo 40º do CCP, para cumprimento do nº 2 do art.º 46-A do CCP, não contratar por lotes com fundamento cumulativamente com as alíneas a) e b) do referido ponto, ou seja, a separação do objeto a concurso iria causar graves inconvenientes bem como, por motivos técnicos e funcionais, a gestão de um único contrato será mais eficiente para a entidade adjudicante e a aprovação do júri assim constituído:

- Luís Alberto Gonçalves Marques — Presidente
- Vítor Reizinho - Vogal substituto do Presidente
- Paula Mantinha Soares— Vogal
- Deolinda Martinho — Vogal suplente
- Joaquim Manuel Carqueija - Vogal suplente

PONTO Nº 6 – DSC – Deliberação Nº 216/2026
Ação Social Escolar - Ano Letivo 2026/2027.

Nos termos da IP Nº 4514/2026, de 13 de maio, da Divisão Sócio Cultural, o Executivo reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga

Carrilho, nos termos do art.º 33º, alínea hh) do D.L. nº 75/2013 de 12/09, a atribuição dos seguintes valores:

Escalão	Alimentação	Material escolar
A	GRATUITA	96 €
B	GRATUITA	48 €

Que todos os alunos do pré-escolar e do 1°ciclo não paguem refeição, independentemente de terem ou não abono de família, conforme deliberação n? 84/2026, de 2 março de 2026.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, perguntou se não seria necessário mais dinheiro, tendo sido respondido que como não se tem a confirmação do número de pessoas que vão ser contempladas pela Ação Social Escolar, a proposta é que sejam cabimentados 6.500 euros.

PONTO Nº 7 – DSC- Deliberação: 217/2026
Protocolo de Cooperação entre o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P., a A.CERTIFICA e o Município de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta N°4675/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 19 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a minuta do protocolo de cooperação entre o **Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I.P.**, a **A.CERTIFICA** e o **Município de Nisa**, no sentido de dar maior enfase à Olaria Pedrada de Nisa, no âmbito do Decreto-Lei nº 75/2013 de 12/09.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que efetivamente se deve aproveitar esta oportunidade, no entanto, não há estimativas, não há contabilização, não tem custos para a Câmara Municipal, tendo sido clarificado que era só apoio logístico.
Questionou também que nesse caso e havendo um apoio de colaboração tem que vir à Reunião de Câmara e há-de ir também à Assembleia Municipal, lembrando que em determinada altura, em anterior reunião, se falou aqui na questão da possibilidade da aquisição da casa do Senhor Pequito como sendo um espaço que no fundo foi a sede e o ninho da própria atividade, achando que está praticamente sem ter utilização e achando que a Câmara deve ponderar bem a questão da aquisição

desse imóvel até pela proximidade que tem, como foi referido na altura, da escola e daquilo que poderá oferecer depois para a comunidade escolar, devendo também ser tido em conta que devem ser contactados todos os oleiros e não só alguns, devendo-se estender a ação, seja aos oleiros, seja às pedradeiras, não sendo a mesma atividade e uma complementa à outra, sendo isso que faz a parte genuína deste nosso artesanato.

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, vindo a talho de foice e embora não se tratando exatamente deste protocolo, recordou que a Câmara desenvolveu, em tempos, um processo para candidatar a Olaria de Pedras de Nisa a Património Mundial, questionando em que ponto se encontra esse processo.
Foi esclarecida pelo Chefe de Divisão, Dr. Bento José Sabino Semedo, de que a proposta foi inicialmente mal estruturada, uma vez que, para alcançar o estatuto de Património Mundial, é necessário seguir determinados passos que não foram cumpridos: primeiro, é preciso salvaguardar a Olaria e só depois submeter a candidatura a Património Mundial. Explicou que os serviços não realizaram o trabalho como seria expectável, mas que, entretanto, se conseguiu, através da CIMAA (Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo), aprovar uma candidatura para que o processo siga os trâmites normais.
Neste momento, o processo encontra-se na fase de entrega de propostas na CIMAA para a elaboração dos trabalhos, estimando-se, de acordo com o caderno de encargos, que a sua execução demore entre 60 a 90 dias. Acrescentou ainda que, embora já exista algum levantamento que será aproveitado, o processo exige também uma recolha científica que atualmente ainda não se possui.

- Vice-Presidente Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, acrescentou que algum desse trabalho que foi desenvolvido pelos serviços estão numa plataforma, fazendo parte Matriz, em que toda a informação que foi recolhida ao longo dos tempos, tanto pela Doutora Carla, como por outras pessoas, que tiveram intervenção nesta área, está lá tudo, sendo verdade, e tendo-se percebido que a apresentação, não podia ser feita por aquela via, não querendo dizer que o trabalho em si esteja mal construído, nada disso, é que algumas matérias têm que ser tratadas com um outro objeto ou com outra visão para que possa ser submetido na plataforma e poder-se chegar à conclusão que o que se pretende é a aprovação, em termos daquilo que é o inventário nacional e depois posteriormente chegar à questão da parte da UNESCO, pensando que tudo isto se encaixa aqui, neste caso, este protocolo não tem custos para o Município, apenas a disponibilização, como disse o Doutor Bento, em termos daquilo que é a cedência dos espaços e é uma situação para facilitar um pouco a situação, nada mais que isso.

PONTO Nº 8 – DSC - Deliberação: 218/2026
Pedido de apoio institucional e logístico - Programa "Diálogos Interdisciplinares: Da História Regional e Local ao Turismo Histórico" - 2026/2027.

Nos termos da Informação/Proposta N° 4688/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 19 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, conceder apoio institucional à iniciativa "Diálogos Interdisciplinares: Da História Regional e Local ao Turismo Histórico" autorizando a cedência do Auditório da Biblioteca Municipal de Nisa e/ou da Casa das Memórias para as sessões previstas, o respetivo apoio técnico de imagem e som e a disponibilização de transporte municipal (minibus), para a sessão de outubro de 2026 e o apoio protocolar através da oferta de almoço aos oradores convidados e elementos da comissão organizadora, nos termos do disposto no artigo 23º, n.º 2, alíneas e) e m), do Anexo I à Lei n.°75/2013, de 12/09, na sua redação atual e artigo 33º, n.° 1, alíneas o), u) e ff, do mesmo diploma legal, que estabelece como competências da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza cultural, educativa e científica, deliberar sobre formas de apoio a entidades e iniciativas de interesse municipal e promover e apoiar o desenvolvimento de atividades de interesse para o município.

Intervenções:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, perguntou se relativamente ao pedido de apoio, gostaria de saber quais é que são os custos que o município irá ter com esse apoio institucional e logístico e também se mantém envolvidos todas as parcerias que a Câmara tem com esses protocolos, com os que já tinha antes, se existem os mesmos parceiros, se ficam os mesmos parceiros e se vão envolver também uns diferentes ou diversos professores de História que existem no Concelho de Nisa, tendo o Vice-presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo referido que esta é uma situação em que a organização é da universidade de Évora, através de uma professora, tendo sido solicitado que fizesse parte, em colaboração, não sendo aqui organizadores, não se podemos estar a impor a colocação dos oradores ou outras figuras, sendo solicitado o apoio logístico, a cedência de espaço físico para se poder envolver som imagem, já com um programa totalmente definido, 2026 2027.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que as suas questões também eram as mesmas e que reconhece o trabalho da Doutora Ana Santos, no trabalho que fez também já com a Misericórdia de Arês, quando da edição dos anteriores livros e a comemoração do aniversário da Misericórdia, achando que é bastante interessante esse tipo de dinamismo cultural, porque no fundo acaba por haver um registo depois escrito e que mais não seja registando-se através de áudio ou vídeo essas conferências e disponibilizá-las no espaço municipal, na Biblioteca, essencialmente não só ficar em Arez e Amieira, mas sim no fundo isto acaba por ser uma riqueza para a nossa história e para o nosso património, não se tem a quantificação, mas certamente depois as cedências dos transportes virão à Câmara ou não, porque no fundo, o que está aqui não é só uma intenção, não é um protocolo definido para que a coisa aconteça, e então vota que que seja cumprida a calendarização que está com as várias iniciativas, referindo a questão do convite na participação de todas as pessoas interessadas através da divulgação pública dessas ações e havendo em Nisa,

alguns professores de história e preocupados também com estes registos, que seja tidos em conta e que possa chegar a essa informação.

PONTO Nº 9 – DSC - Deliberação: 219/2026
Regras de Funcionamento - Nisa em Festa 2026.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4792/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 22 de maio de 2026, o Executivo Reunido **não aprova** por Maioria, com 3 (três) votos a favor dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho com declaração de voto a entregar posteriormente e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, com declaração de voto e 2 (dois) votos contra por parte do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, de acordo com a Lei 75/2013 de 12 setembro, as regras de participação, funcionamento, critérios de atribuição de espaços, direitos e deveres dos participantes e da organização, bem como condições aplicáveis à utilização do recinto do evento que decorrerá entre os dias 23 e 26 de julho de 2026, de acordo com a Lei 75/2013 de 12 setembro.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, em primeiro lugar, que, relativamente aos horários, pensa ter sido este o horário praticado no ano passado. No entanto, considera quatro horas da manhã demasiado para um centro, uma vez que há moradores a protestar. De facto, não lhe agrada esta iniciativa, não pelo evento em si, mas por ser num local vedado e, ainda por cima, com um horário destes, tratando-se apenas de uma consideração sua.
Apresentou, contudo, outras considerações que a preocupam ainda mais. No artigo 4.º, quando se refere que a organização se reserva o direito de recusar candidaturas que não se enquadrem nos objetivos do evento, verifica que não há critérios objetivos de seleção, não há ordem de prioridades, não há fundamentação obrigatória e não há possibilidade de reclamação, pensando que isso deve ser acautelado. A sua questão começa por saber quem é a organização, qual é a sua equipa, quais são os critérios objetivos de seleção e qual é a ordem de prioridades. Por outro lado, diz-se que são proibidas bebidas de marcas não autorizadas pela organização, sendo sua consideração que esta cláusula limita a liberdade comercial, pode prejudicar comerciantes locais e não se conhecem os critérios, ou seja, quais são os critérios que levam a organização, que não sabe quem é, a escolher os fornecedores, algo que não é esclarecido neste regulamento.
Relativamente ao artigo 7.º, no seu n.º 4, quando se refere que o evento possui seguro de responsabilidade civil relativo aos equipamentos da organização, não se esclarecem os danos em relação ao público nem a cobertura de terceiros, o que é importante, questionando se essa avaliação é só para o equipamento, tendo o Dr. Bento Semedo dito achar que o seguro de responsabilidade civil é só para equipamentos, não podendo garantir se é para pessoas ou não, por não saber, dado não ser a sua área, mas se necessário poderá questionar o serviço que trata esse assunto.

No artigo 8.º, n.º 2, onde se fala em quiosques alimentares, *roulottes* e bares e em como o pagamento deve ser efetuado até ao final da manhã do primeiro dia do evento, não são referidas as consequências em caso de atraso (se não for pago, levantam-se os arraiais do pessoal, não entram?), achando que, mesmo devendo o pagamento ser efetuado até ao final da manhã do primeiro dia, a norma devia ser mais clara.
Por fim, no ponto 10, refere-se que os casos omissos são resolvidos pela organização, mas, mais uma vez, não sabe quem é a organização, presumindo que seja a Câmara quem a representa. Pergunta, assim, se há despacho do executivo para essa organização, se há possibilidade de recurso nos casos omissos e quais são os critérios aplicáveis, sendo estas as questões que deixa para ser melhor elucidada.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse que o senhor Vereador e o senhor Presidente ontem fizeram questão de mostrar como irão ser as festas de Nisa, fazendo uma apresentação pública que passou na Beira Baixa TV e que passou também no jornal Alto Alentejo e outros meios de comunicação ou Facebook. decidiram e bem, o que lhes aprouve, como iriam ser as festas, daí até se chegar a estas regras de funcionamento do Nisa em Festa, a sua questão é foi decidido com base em quê, em que critérios e o que tiveram em conta para chegar a esta proposta, foi com base nas propostas do ano passado do que já havia para trás, quando a Câmara tinha a maioria, foi com base nesta proposta, essa é uma questão, outra das questões que a sua colega já aqui colocou, mas que também pode reafirmar, é se se vão privilegiar os artesãos locais, que já viu que sim, se vão tornar esses convites públicos, se há prazos e com base em quê é que há artesãos que ficam de fora e há outros artesãos que vêm para a Feira, com base em que critérios são aqueles que vêm todos os anos à Feira, se são só convidados ou são todos os artesãos do Concelho de Nisa, e a isso, refere também que tem conhecimento como o senhor Vereador também bem sabe, Já fez parte de algumas associações, mas também tem reconhecimento que uma associação da qual fez parte, o ano passado não foi convidada para estar presente, sendo a sua pergunta saber se são convidadas todas as associações do Concelho ou se são só algumas e em que base é que algumas são convidadas e outras não, referindo que toda e qualquer festa seja festas de Verão ou arraiais são obrigadas a terem seguro de responsabilidade civil para pessoas e bens, são obrigadas a isso, sendo já assim nas Juntas de Freguesia, quando organizavam as festas de Verão de Alpalhão tinham de ter seguro para terceiros no caso de acontecer alguma coisa, logo, aqui pensa que também deve haver, uma vez que foi publicado, houve algumas pessoas de associações que lhe ligaram para saber se já existem prazos para poderem concorrer.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que uma das preocupações foi o que aconteceu o ano passado, uma situação bastante triste e ainda bem que não houve problemas de maior porque ele próprio na altura telefonou ao Bento e duas pessoas precisavam de assistência, com o portão fechado com uma corrente e com o responsável da Proteção Civil a chamar-lhe nomes e a mandá-lo embora dizendo que ele não tinha nada que estar ali a agitar, não quis estar a participar, dando conhecimento na altura numa Assembleia, sem pormenorizar, porque, acima de tudo, são

colegas, mas a questão da segurança tem que imperar sobre tudo, Inclusive o Comandante Conchinha estava presente, foi uma situação bastante grave e oxalá que as coisas não se voltem a repetir, o dia que foi havia muita gente na espaço que se calhar provocou ou que tenha levado a que isso tivesse acontecido, certamente com o cartaz que há este ano, e cada um pode fazer os seus prognósticos, mas certamente não vai acontecer a enchente que houve na loucura do ano passado, não é que tenha mais qualidade musical ou de nome qualquer um dos que possa aqui vir, mas as movimentações de massas funcionam assim e vai tudo atrás do mesmo Acha que o evento Nisa em Festa, já está pensado há bastante tempo, sendo verdade que achava que estas regras de funcionamento e tudo mais, já deviam ter vindo aqui muito antes, tanto que já houve negociação para assegurar a questão da cerveja ou bebida anteriormente a estas normas estarem aqui em debate e como se tem referido sempre não estão aqui para inviabilizar qualquer coisa que seja, mas estão aqui para colaborar e para tentar fazer o melhor para a Terra e para os nossos munícipes, constatando já, por mais do que um ano que havia convites da parte do Serviço de Turismo junto dos artesãos, mas nalguns casos esses convites chegavam já depois da data da aceitação das candidaturas logo, aquilo que acha é que devem ser tornados públicos as datas de de candidatura seja dos artesãos, seja das instituições, para que seja um processo limpo e para que ninguém tenha que dizer sobre o que quer que seja.

A questão da qualidade do artesanato é verdade que cada um tem a sua opinião e vale o que vale, mas deve ser privilegiado, e aconteceu já por diversas vezes que houve pessoas a vender bugigangas quando houve artesãos que quiserem expor e não tiveram lugar lá, achando que isto tem que ser acautelado, se tem que ser ratinhado pelo número de stands disponíveis, então que se privilegie efetivamente aquilo que é nosso e aquilo que é o objetivo da Câmara e que deve querer mostrar às pessoas que nos visitam, porque os que nos visitam, os que cá moram e todos aqueles que escolhem esta altura do ano, que são nisenses e que querem visitar os seus entes queridos e apreciar aquilo que há de melhor na parte cultural, na parte do artesanato, porque essa parte é muito importante, independentemente dos nomes grandes que possam vir todos, mas todas as associações deviam ter o seu espaço e o seu momento porque há espaço para tudo isso, para que todos possam mostrar, porque se o Rancho anda a ensaiar um ano inteiro para poder mostrar no fundo a sua arte, se calhar os bombos também é o mesmo, quem diz isso, diz muitas outras atividades, os Toca a Marchar, as contradanças, a banda de Alpalhão, porque pode haver uma abertura em vez de andar a contratar alguém que até pouco nos diz, pode-nos dizer muito musicalmente, mas depois naquilo que é o trabalho voluntário, no associativismo e ele pertencia a uma banda e sabe quanto o valor que dava poder mostrar o fruto do seu trabalho para aquelas pessoas que nos conhecem e que estavam à espera com essas expetativas, não concordando muito com essa situação da exclusividade das bebidas para a venda no espaço, sendo a sua maneira de ver porque todos têm o direito de negociar conforme entendem, e sabe-se perfeitamente que alguns que mesmo dentro do espaço, negoceiam especialmente na sua área, quer dos bares, coisas de formas diferentes.

Relativamente à questão da segurança, não sabe se pode aqui comentar isto, mas o procedimento tinha ficado deserto não sabendo se, entretanto, apareceu proposta para os portões, mas está-se a tempo e horas de se poder fazer novo procedimento.
Referiu também que enquanto esteve na Junta de Freguesia e para concretizar, existe um grupo de Senhoras dos bordados e inclusive tem referência com o É-Nisa é nosso lá no espaço e que certamente estão disponíveis em mostrar aquilo que melhor fazem e, no fundo, têm vindo a desenvolver ao longo do ano, achando que deviam ter um convite, por isso se for tornado público, não há razão para que as pessoas não possam concorrer, com as datas precisas para poderem fazer a sua inscrição.
Também lhe chegou, porque o Nisa em Festa é o que se quer que seja, por exemplo, já lhe fizeram sugestões, quem desenvolve trabalhos de pintura, em madeira e que gostava por vezes e a Câmara até pode não ter conhecimento que o fazem, por isso é que tornando pública essa oferta, eles sempre poderão pôr a consideração aquilo que é a sua arte, bastando uma pequena amostra para se avaliar se efetivamente a genuidade desse artesanato e se efetivamente tem alguma coisa a ver com a Nisa, estando-se a lembrar da Rosário Belo, que foi uma das pessoas que abordou a Câmara, enviou e que até hoje também não teve resposta e segundo lhe disse tinha interesse em estar presente no Nisa em Festa, mas como ela certamente poderá haver outros.
Acha também que as quatro horas da manhã será uma hora aceitável, inclusive porque já se sabe como é que é. fecha àquela hora, mas depois há sempre uma pequena tolerância enquanto o pessoal anda e não anda vão-se arrumando as coisas.
Disse que contar com a colaboração das forças de segurança privilegiando em função da empresa de segurança, este ano não vamos ter a bilha na no espaço, logo vai haver um espaço mais disponível, tentando arranjar forma de se poder construir o Nisa em Festa por forma a minimizar a questão do retirar do espaço comum, que é a Praça da República e dá-lo às pessoas de Nisa e a quem nos visita durante mais tempo, porque aquilo que tem acontecido ultimamente é um mês para construir e mais 15 dias para desmontar, o centro da vila fica privado de toda esta zona durante um grande período da época de verão, achando que é uma preocupação que se deve ter porque as atividades que lá estão instaladas, os equipamentos lúdicos, o parque infantil e tudo mais, a população fica privada durante grande espaço de tempo dessa zona.

- Vice-Presidente Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, disse tratar-se de um conjunto de regras para funcionamento, e nesta questão da organização, há necessidade de regras mínimas e o que vem aqui à Câmara é um conjunto de regras que podiam ser aperfeiçoadas, se calhar nalguns critérios, nalguns artigos, no entanto, foi este o modelo que foi visto de há dois anos para cá, tem sido este o modelo que tem sido aprovado.
Relativamente á questão daquilo que é o espaço público e da privação que há em usufruto do Munícipe em relação ao espaço público, houve essa preocupação e este ano reforçou-se porque se entende que além de neste momento o número de funcionários que o município dispõe fruto de algumas aposentadorias, de algumas pessoas que estão de baixa, optou-se por adquirir um serviço para a montagem, principalmente da questão que tem a ver com os stands que fazem parte do

artesanato, é fruto dessa preocupação, e tem a ver com o estacionamento, a ocupação do espaço, pelo estacionamento ali naquela zona, tendo havido essa preocupação de ser uma empresa a fazer a montagem e desmontagem para que fosse mais rápido desimpedir aquela área e poder ter no mais curto espaço de tempo a disponibilidade para voltar à vida normal, aquela parte da Vila.
Quanto à questão da exclusividade da bebida, tem a ver não propriamente com a exclusividade da bebida em si, mas com o apoio que é dado àqueles que lá estão nas tasquinhas, isto é, a empresa que representa a Sagres podia até não ter um apoio logístico 24 horas, principalmente por causa das máquinas terem algum problema e não haver um apoio logístico logo à partida, tendo sido esta uma das situações que também se acautelou.
Quanto à segurança, também se melhorou, reforçou-se aquilo que é a junto da GNR, um apoio que é uma parte remunerada da GNR por parte da Câmara Municipal, para que haja, no caso de situações não só na parte exterior, como na parte interior, haver a presença da autoridade, tendo-se essa colaboração, este ano, inclusive por parte até da própria Guarda Nacional Republicana, foi solicitado um espaço à saída ou à entrada, junto à caixa Multibanco, um espaço próprio para eles para poderem fazer algo que é de louvar, que é a nível da taxa de alcoolémia, terem lá uma sensibilização, para que as pessoas, por exemplo, vão um grupo de indivíduos, que há um deles que geralmente escolhem sempre alguém que não beba tanto e que vai essa pessoa conduzir que possa ela fazer o teste e se realmente tiver valores um bocado mais altos, possa ser outro do grupo a pegar na viatura e é uma questão muito sensível e que se acolheu em boa hora essa situação da Guarda Nacional Republicana.
Quanto às associações que são convidadas, há um limite do espaço físico, neste caso aqui são 11 tasquinhas e neste caso a outra parte dos artesãos, que são os 50, tem-se sempre essa consideração, como falou o Doutor Bento em relação àquilo que são os artesãos primeiro do Concelho, depois do Distrito, alargando-se a malha à medida que vão acontecendo os convites para as pessoas que participam, ainda bem que há que há muitos interessados, isto é também de louvar, que haja esse interesse em participarem, principalmente as Associações que acha que se dá um contributo muito interessante do ponto de vista que eles têm também da atividade para ao longo do ano poderem desenvolver as suas atividades e que dali se possam retirar algumas verbas para poderem fazer as suas atividades ao longo do ano.
Quanto à responsabilidade civil, realmente é verdade que o espaço está com esse seguro, que assegura o espaço em termos das pessoas e bens que estão no local.

Declaração de voto PSD

"Votei contra a proposta apresentada relativamente às regras de funcionamento do Nisa em Festa 2026, por entender que o documento contém opções que levantam reservas do ponto de vista político e institucional e do próprio interesse da população do Concelho.
Em primeiro lugar, o Regulamento atribui à organização uma margem excessiva de decisão, sem definir critérios claros e objetivos que garantam transparência e igualdade de tratamento, a possibilidade de aceitar ou recusar candidaturas com base em critérios genéricos, sem regras

expressamente definidas, nem mecanismos de fundamentação ou reclamação, abre espaço a decisões discricionárias e não assegura a transparência que deve existir no evento promovido pelo município.

Em segundo lugar, o Regulamento remete para a organização, a resolução de todos os casos omissos, concentrando num único nível de decisão, matérias que podem ter impacto relevante na participação, no funcionamento do certame e nos direitos dos expositores e restantes participantes, uma iniciativa desta dimensão deve garantir maior clareza e maior equilíbrio institucional, evitando soluções demasiado abertas e sem controlo político efetivo.

Em terceiro lugar as normas previstas quanto à comercialização de bebidas e à obrigatoriedade de aquisição através de patrocinadores oficiais, levantam dúvidas legítimas quanto á liberdade de participação e ao tratamento equilibrado dos operadores presentes no evento, no certame promovido em nome do Concelho, deve existir especial cuidado para não criar favorecimentos nem condicionar de forma excessiva a atividade económica local, assegurando regras transparentes e equilibradas para todos.

Em quarto lugar, importa considerar o impacto do modelo definido para o funcionamento do evento no interior da Vila, nomeadamente em matéria de circulação, acessibilidade e conveniência para a população residente, a ocupação intensiva do Centro Histórico e os condicionamentos associados representam um impacto significativo no quotidiano de quem ali vive, no comércio local e na forma como Nisa recebe quem nos visita, um evento desta dimensão deve valorizar o território e respeitar a sua vivência, garantindo equilíbrio entre animação, organização e qualidade de vida.

Por último, entende-se que matérias desta relevância mereciam um maior diálogo institucional e uma verdadeira abertura à participação das diferentes forças políticas representadas nos órgãos autárquicos, quando estão em causa decisões com impacto financeiro, organizativo e direto na vida da população, exige-se maior transparência, maior partilha e maior sentido de responsabilidade política, por todas essas razões e por entender que o modelo apresentado não responde de forma equilibrada às necessidades do Concelho, nem assegura a transparência e a participação que a população merece votei contra a proposta apresentada. Muito obrigada."

Declaração de voto CDU

"DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA
Regras de Funcionamento - Nisa em Festa

Votamos contra as regras de funcionamento atendendo que não estão contempladas as regras mínimas para as questões de segurança, traduzindo-se na falta de previsão explicita de seguros de responsabilidade civil e acidentes pessoais que cubram o público em geral no evento; o sistema adoptado na vedação da estrutura que limita o acesso ao evento e retira a beleza e funcionalidade da Praça durante quase dois meses na época de maior afluência de turismo; não define as datas e prazos de candidaturas abertas para a presença dos artesãos e atividades económicas do concelho e da região, o que limita a participação e igualdade de tratamento nos expositores; Não contempla

as atuações de todos os grupos culturais do nosso concelho e artistas na grande montra que é o Nisa em Festa!
Vai obrigar a trabalhar muitos funcionários do município para garantir as tarefas das entradas, vendas de bilhetes e outros apoios em período de férias!
Por considerarmos que o regulamento põe em causa a segurança e o bem-estar do público alem da exclusão em vez da acessibilidade, decidimos não aprovar o presente documento.
Nisa, 01 de junho de 2026
Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária
João José Malpique e Ana Cecília Manteiga"

PONTO Nº 10 – DSC– Deliberação: 220/2026
Doação de peças de família. Doadora: Maria de Jesus Mendes

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4875/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 25 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a aceitação da doação, por parte da Senhora Maria de Jesus Mendes à Câmara Municipal de Nisa, de peças de cobre e trem de cozinha em esmalte, de acordo com o art.º 33º, nº1, alínea j) da lei 75/2013 de 12/09 e que as mesmas vão para o Centro de Artes e Ofícios.

PONTO Nº 11 – DSC – Deliberação: 221/2026
Nisa em Festa - Atribuição de preços.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 4900/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 26 de maio de 2026, o Executivo Reunido **não aprova** por Maioria, com 3 (três) votos a favor dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho com declaração de voto a entregar posteriormente e Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo, com declaração de voto e 2 (dois) votos contra por parte do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, de acordo com a alínea e) do nº 1 do artigo 33% da Lei 75/2013 de 12/09, o preço de entrada no recinto do evento Nisa em Festa, que ocorrerá de 23 a 26 de julho de 2026 como a seguir indicado para cada um dos dias:

➔ Dia 23-07-2026 (quinta-feira) – Gratuito
➔ Dia 24-07-2026 (sexta-feira) - 5 €
➔ Dia 25-07-2026 (sábado) - 7,50 €
➔ Dia 26-07-2026 (domingo) - 5 €
➔ Passe para todos os dias do evento - 15 €
➔ Crianças até aos 12 anos - Isenção de pagamento

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, conclui haver um "copy past" relativamente aos valores, tendo sido esclarecido que o ano passado os valores foram ligeiramente diferentes.
Perguntou se se faz uma avaliação custo/beneficio perguntando se isso foi feito para se chegar a esses preços, tendo sido esclarecida que o ano passado se gastou um milhão e duzentos mil para duzentos e cinquenta mil de receita, embora a ideia deste preço fosse limitar um pouco o acesso ao evento, em vez de se ter um espetáculo gratuito.
Questionou também o porquê do dia 25/07 ser preço mais alto, se por as pessoas estarem mais disponíveis, por ser sábado, tendo-se esclarecido haver uma indexação ao valor do cachet.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, referiu que relativamente à atribuição dos preços tem algumas dúvidas, querendo saber quais é que são os valores reais envolvidos na contratação dos artistas, que é para se ter uma ideia de quais é que são os valores reais dos artistas, para que possa haver bilheteiras ou não, porque poderá não haver.
Quais é que são os encargos que as empresas de infraestruturas têm, de montagem e desmontagem de palcos, quais é que são os encargos das luzes e disso tudo, quais é que são os encargos para o Nisa em Festa e se existe ou não a possibilidade de se deixar a Festa aberta, sem gradeamentos, sem fechar as ruas e se existe essa possibilidade ou não, porque do seu ponto de vista, pensa que poderá haver, imaginando-se que eram gratuitas, escusavam os trabalhadores de estarem a depender do seu tempo enquanto trabalhadores para estarem ali nas bilheteiras a fazer o trabalho voluntariado, sendo essas as questões que gostava de ver esclarecidas.

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que o senhor Presidente que hoje não está presente, referiu aqui, numa das últimas reuniões que os custos com o Nisa em Festa tinham sido de 750.000 euros e que tinham gerado para as associações 25.000 euros, e que isso lhes permitia fazer muito trabalho ao longo do ano, isso foi uma inverdade, certamente porque aquilo que dizem os elementos contabilísticos presentes à Câmara recentemente dizem que foi mais de 1.100,000 euros, e também daquilo que se percebeu de junto das associações, nenhuma conseguiu um saldo superior a 6 ou 7000 euros, logo não é tanto assim o apoio, mas as expetativas são sempre muitas e conforme quem mais trabalha, certamente melhores resultados terá e é para isso que cá se está, é para tentar ajudá-los para poderem promover estas iniciativas com essa ajuda ao longo do ano, daí que a sua ideia é precisamente que se evite um pagamento à entrada, essas associações poderão estruturar-se muito melhor e usufruir de um rendimento muito superior, porque as pessoas deixam de pagar a entrada e poderão deixar o seu contributo e a sua ajuda a essas associações que depois estão no recinto, sendo essa para si uma das situações principais.
Relativamente à questão de se dar o espaço público às pessoas libertando toda aquela zona mais cedo, todos estavam a ganhar, inclusive quem nos visitava cá, seja para a festa ou não, a Ana Cecília também já referiu a situação do pagamento, por exemplo, de determinado tipo de serviços, que deixa

de ser necessário, sendo verdade é que era dar efetivamente a praça novamente às pessoas, daí que a sua ideia é mesmo na questão da isenção e no não pagamento não só no primeiro dia, porque aqui já está a propor um dia que seja gratuito, mas sim todos os dias da festa.

- Vice-Presidente Dr. **José Leandro Lopes Semedo**, referiu que segundo as contas que tem, há um investimento a rondar os 500.000 euros para este Nisa em Festa, havendo já neste momento 360.000 euros em compromisso, do conjunto de situações que têm a ver com o Nisa em Festa.
As receitas que poderão originar da venda de bilhetes, sendo aqui a questão da venda de bilhetes nem ser pela receita em si, é mais uma questão de bloqueio, a entrada e saída de pessoas, para que o espaço seja de uma forma mais organizada, a gestão do próprio espaço, até mesmo em termos de segurança, pensando que será benéfico neste caso, um controle sobre o número de pessoas, se se falar num espaço, que sendo fechado se conseguirá salvaguardar essa situação da lotação, daí os valores serem mais valores simbólicos em termos daquilo que é a entrada no espetáculo num evento desta envergadura, sendo mais nessa situação, podia ser gratuito totalmente, não ter grades nem redes, a situação que se põe aqui é mesmo a situação que tem a ver com o controlo de entradas e de saídas e ao nível de segurança, mas também contrariamente àquilo que talvez o João fale em termos da situação das associações, talvez elas perdessem mais do que ganhavam se fosse o espaço aberto, porque a concorrência em espaço aberto que está neste momento instalada, portanto em toda a zona envolvente à Praça da República, iria colocar aqui também integrar os espaços comerciais, daí as regras como não foram aprovadas também não valia para este caso, não estando as regras aprovadas e pelo que se está aqui a perceber que não vão também ser aprovados os preços, partindo desse princípio pensa que o que se está aqui a colocar é que a proposta em si que irá provavelmente acontecer é que o espaço será aberto totalmente de qualquer situação em que qualquer vendedor pode colocar lá a sua barraquinha, a sua tenda e não é necessário inscrição nenhuma nem nada e levar a sua roulotte se for vendedor ambulante, para poder vender as suas bebidas, as regras são importantes tal como disse no princípio, para quem vive em sociedade, mas também para este tipo de eventos e quanto à questão dos preços, voltou a repetir, a cultura não é grátis, a cultura não pode ser grátis, pensando que até para qualquer artista tem essa posição, porque acha que qualquer artista tem que ser valorizado, nem que seja um valor simbólico porque a arte não pode ser desprezada como um bem que não é valorizado de uma forma tão intensa como acha que devia de ser, portanto, isto é um investimento que o município faz, que haja um retorno, esse retorno não é quantificável como se fosse uma empresa em que há o deve e o haver e em que existe os custos e os proveitos, aqui nesta questão, neste evento que a Câmara Municipal promove, é no sentido de haver um disponibilizar aos munícipes de um interior esquecido muitas vezes pelo governo central, que tenham as mesmas oportunidades que aqueles que vivem na zona litoral e trazer artistas com alguma categoria, pensando ser o caso deste ano e dos anos anteriores, reveste essa questão de trazer ao território um tipo de cultura e de eventos que não é normal virem a esta parte do país, portanto, este investimento é um investimento e que não é um custo para o município, traz de retorno muito mais que aquilo que é o investimento neste momento que se está a falar a

rondar os 500.000 euros, certamente de pessoas que traz aqui ao território que vem de fora, será maior do que aquilo que é este investimento de 500.000 euros da Câmara.
Referiu ainda que a vinda do Nisa em Festa para o chamado coração da Vila de Nisa, veio dar um novo impulso à questão económica e social da Vila de Nisa, porque na altura, quando se faziam as festas do Nisartes fora da área da zona urbana Nisa, muitas das pessoas que visitavam o certame nem chegavam a entrar em Nisa, muitos daqueles que habitavam Nisa e que tinham comércio em Nisa, naqueles dias fechavam as suas casas para ir para o Nisa em Festa, neste caso o Nisartes, o trazer este evento para o coração de Nise, foi a seu ver e muito bem, uma medida que veio dar mais vida àquilo que é o coração da Vila, mais vida económica, mais vida social, mais participação, acolhe um conjunto de pessoas que vêm e que conhecem o território, que visitam as nossas ruas que visitam os nossos comércios e fazem andar a economia, a economia é uma rodinha, como todos sabem, e a rodinha só anda conforme o sistema que faz andar à roda e trazendo pessoas ao território, é esse o nosso objetivo principal é que essas pessoas cá deixem qualquer moedinha, seja um café, seja um sumo, seja uma água, seja uma cerveja, sendo este o objetivo em trazer pessoas ao território, criar este evento.
Sabe-se que há algumas questões de algumas situações menos agradáveis durante estes dias e que poderão eventualmente haver alguns condicionantes, já que vive próximo e quase em cima de uma coluna de som, praticamente, nos dias da festa sabe o que é viver naquela zona durante estes quatro dias, ele próprio pode testemunhar isso, no entanto, acha que há uma parte mais positiva do que negativa das festas serem no Coração da Vila de Nisa, sendo esta a sua opinião.

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, disse não saber se o senhor Vereador percebeu quais é que foram as suas questões e que aqui ninguém está a dizer que não deverá haver regras de funcionamento para um Nisa em Festa, sendo claro que se vive com regras e deve haver regras, mas também devem ser ouvidos todos, não é uns decidirem e depois chega-se aqui e todos têm que votar que sim, não estando ninguém a dizer que são contra as regras ou que são contra os preços, algumas podem não estar bem, mas podem ser implementadas mais, sendo bom que não se tente virar o que aqui disseram.

Declaração de voto PSD:

"Votei contra a proposta de preços apresentada para o Nisa em Festa de 2026, por considerar que este modelo contraria aquilo que deve ser a missão dum evento promovido com recursos públicos, ser aberto, acessível e participado por todos, sem barreiras económicas, sem exclusões, numa iniciativa financiada maioritariamente pelo município e, por isso, suportada pelos recursos de todos os nisenses, não se compreende que se imponham custos adicionais à população para aceder a um certame que devia afirmar-se como um modelo de encontro coletivo de valorização da nossa Terra e da promoção do nosso Concelho, tendo em conta os valores envolvidos na realização do último Nisa em Festa, próximos de 1.200.000 euros, face a receitas inferiores a 250.000 euros justificava-se uma posição de maior transparência e partilha, envolvendo igualmente a oposição na definição

do modelo do certame e na reflexão sobre o seu impacto para o Concelho, recorde-se que a substituição da Nisa Artes pela Festa na Praça teve precisamente como objetivo criar um evento gratuito, mais acessível e mais próximo da população, pensado para valorizar a vivência da Vila e garantir melhores condições a quem cá reside e a quem nos visita, contudo, a evolução para o atual modelo do Nisa em Festa acabou por se afastar desse princípio, a concentração do evento no interior da Vila, associada ao condicionamento e encerramento de espaços centrais, cria constrangimentos evidentes no quotidiano dos moradores, limita a circulação e reduz a qualidade da experiência de quem visita Nisa durante esses dias, acresce que num espaço urbano com as características do Centro Histórico de Nisa, importa garantir que qualquer certame de maior dimensão decorra com dignidade, equilíbrio e respeito pelo território, pelas pessoas, quando isso não acontece, torna-se legítimo questionar se o modelo adotado serve verdadeiramente os interesses da população e corresponde à valorização que Nisa merece.
É igualmente lamentável que, uma vez mais, uma matéria com impacto financeiro e político tão relevante tenha sido conduzida sem verdadeira abertura ao diálogo e sem qualquer vontade de envolver a oposição na discussão do modelo de evento que se pretende para Nisa quando estão em causa opções desta dimensão, seria expectável, sentido institucional, partilha de informação e respeito pela pluralidade democrática representada nos órgãos autárquicos, isso não aconteceu.
Acresce que o atual modelo do Nisa em Festa ao vedar e condicionar áreas centrais do interior da Vila, dá representa um impacto significativo na vida dos moradores, no funcionamento do comércio local e na experiência de quem visita Nisa, criam-se constrangimentos evidentes no quotidiano da população e limita-se a vivência natural do Centro Histórico.
Acrescentar a este condicionamento uma política de preços a insistir no caminho errado, que afasta as pessoas em vez de as envolver, Nisa precisa de eventos que valorizem o Concelho, respeitem quem cá vive, dinamizem a economia local e afirmem a nossa identidade com a dignidade e equilíbrio, não precisa de modelos sucessivamente fechados à participação e desligados do princípio de proximidade com a população.
Por tudo isso e por entender que o Nisa em Festa deve ser um evento gratuito, aberto e verdadeiramente ao serviço da Comunidade, votei contra a proposta, Obrigada."

Declaração de voto CDU:
"DECLARAÇÃO DE VOTO CONTRA
Nisa em Festa – Atruibuição de Preços
Votamos contra os Preços apresentados para o evento "Nisa em Festa 2026" a realizar entre o dia 23 a 26 de julho de 2026, atendendo que o modelo preconizado para o evento não permite uma clara divulgação do nosso artesanato, património, cultura e movimento associativo e limita a participação de todos Munícipes.
Solicitamos a indicação por parte do Sr. Presidente da Câmara sobre os valores gastos com o evento no ano anterior, quanto gerou de receita, numero de entradas e o benefício que daí retiramos!

A indicação que recebemos do Sr.º Presidente foi que teria havido um investimento da Câmara na ordem dos 750.000€ e que teria gerado um ganho para cada Associação presente na ordem dos 25.000€!
Da análise efetuada aos vários custos, facilmente verificamos que os valores indicados não correspondem á realidade: custos superiores a 1.100.000€ e nenhuma das 10 associações presentes ultrapassou os 7000€.
Pretendemos um evento participado por todos e para todos; sem constrangimentos de vedações que criam barreiras e retiram o espaço publico da vida diária dos Nisenses.
Desejamos um espaço amplo com a participação de todas as entidades locais seja na Música, no desporto, nos tempos livres e lúdicos e na cultura;
Que os artesãos se sintam integrados no mesmo espaço, livre e aberto!
Que possam estar presentes todas as empresas com atividade comercial do concelho!
Neste sentido pretendemos que as entradas do "Nisa em Festa", sejam naturalmente, gratuitas, todos os dias do evento, pelo que não concordamos com os valores propostos.
A isenção de cobranças nas entradas vai permitir mais afluência; a devolução da Praça da Republica aos visitantes e moradores; maiores disponibilidades financeiras para os visitantes poderem gastar na aquisição do artesanato, gastronomia e bares, logo maiores receitas para as Associações.
Lembramos que por força do disposto no artigo 34º da Lei nº75/2013 de 12 de setembro, onde se encontram previstas as Delegações de competências no Presidente da Câmara Municipal, esta competência encontra-se devidamente excluída pela Lei de uma daquelas que poderia ser delegada, no Presidente da Câmara Municipal.
Nisa, 01 de junho de 2026
Os eleitos pela Coligação Democrática Unitária
João José Malpique e Ana Cecília Manteiga"

PONTO Nº 12 – DSC– Deliberação: 222/2026
Realização de evento "Noite Branca". Pedido de utilização do espaço do Largo do Calvário, no dia 11 de julho de 2026, em Alpalhão. Entidade Requerente: ASC-Associação desportiva Alpalhão Sport Clube.

Nos termos da Informação/Proposta N° 4904/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 26 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 4 (quatro) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho e 1 (uma) abstenção por parte da Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, autorizar a utilização do espaço do Largo do Calvário, com serventia do espaço exterior, Copa, Bar e WC´S em Alpalhão, no dia 11 de julho de 2026, entre as 19H00 e 05H00 para o evento "Noite Branca", nos termos do ponto nº2, do art.º 1º das regras de Utilização do Espaço do Largo do Calvário em Alpalhão.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que em termos de coerência, acha que as 4 horas da manhã e sendo espaço Público, tanto para Alpalhão como para Nisa tinha toda a razão de ser embora aqui se fale das 5 da manhã.

PONTO Nº 13 – DSC – Deliberação:223/2026
Cedência do Auditório da Biblioteca Municipal. Requerente: Partido Socialista – Concelhia de Nisa.

Tendo em conta o conteúdo da Informação/Proposta Nº 4942/2026, da Divisão Sócio Cultural, datada de 27 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 3 (três) votos a favor, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, o Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, não votaram por pertencerem á Concelhia de Nisa do partido Socialista a cedência gratuita do Auditório da Biblioteca Municipal, nos dias 5 e 19 de junho de 2026, entre as 18H00 e as 19H00, com isenção do pagamento de taxas ao Partido Socialista – Concelhia de Nisa, nos termos do nº8 do art.º 7º do Regulamento e Tabela de taxas Municipais.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse que quando esteve à frente da instituição, também sempre disponibilizou o espaço para os partidos políticos até sempre gratuitamente, referindo que tem a ver com a cedência do auditório ou espaços Municipais, sabe que a União de Freguesias pediu o espaço do Cine Teatro para o para o mês de dezembro para uma data que lhe disseram tendo sido referido que o Cine Teatro estava ocupado com uma situação que é o Nisa Natal e pediram para indicar então uma data disponível para poder ser utilizada, achando que até ao momento também não recebeu resposta.
Como qualquer associação e instituição, especialmente a Instituição, representa uma quantidade de pessoas essencialmente fregueses acha que tem que lhes ser dada resposta, como tem acontecido, todos temos direito a resposta, mas se puder ser mais rápido para efeitos de calendarização e organização das coisas, era bom que tivesse uma resposta célere.

PONTO Nº 14 – DOTSM – Deliberação: 224/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Festival de Folclore", no dia 4 de julho de 2026, na Escola do Convento em Nisa. Requerente: Rancho Típico das Cantarinhas de Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4644/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 18 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas

para o evento "Festival de Folclore" que ocorrerá no dia 4 de julho, na Escola do Convento em Nisa, requerido pelo Rancho Típico das Cantarinhas de Nisa.

PONTO Nº 15 –DOTSM– Deliberação: 225/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Arraial de S. João", no dia 23 de junho de 2026, no Largo do Terreiro, em Alpalhão. Requerente: AJAL-Associação de Jovens de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4646/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 18 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "Arraial de S. João" que ocorrerá no dia 23 de junho, no Largo do Terreiro, em Alpalhão, requerido pela AJAL – Associação de Jovens e Alpalhão.

Ponto nº 16 – DOTSM - Deliberação: 226/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Arraial de Santa Isabel", no dia 4 de julho de 2026, no Largo do Adro, em Alpalhão. Requerente: AJAL-Associação de Jovens de Alpalhão.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4648/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 18 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas para o evento "Arraial de Santa Isabel" que ocorrerá no dia 4 de julho, no Largo do Adro, em Alpalhão, requerido pela AJAL – Associação de Jovens de Alpalhão.

Ponto nº 17 – DOTSM - Deliberação: 227/2026
Pedido de Isenção de Taxas para a realização do Evento "Brinc´Ação", no dia 13 de junho de 2026, no Largo do Calvário de em Alpalhão. Requerente: ASC-Associação Desportiva Alpalhão Sport Clube.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4649/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 18 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, a isenção de taxas

para o evento "BrincAção" que ocorrerá no dia 13 de junho de 2026, no Largo do Calvário em Alpalhão, requerido pela ASC - Associação Desportiva Alpalhão Sport Clube.

Ponto nº 18 – DOTSM- Deliberação: 228/2026
Reclamação nº 17.2026. Largo da Rua da Fonte, nº 11, Falagueira. Requerente: José Rodrigues.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4728/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 20 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, notificar a reclamada, Senhora Hermínia Semedo Ribeiro Rodrigues, no prazo de 10 dias para apresentação dos documentos solicitados e 90 dias para realização dos trabalhos constante do Auto de Vistorias, nos termos do nº 4 do art.º 89º do D.L. nº 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. nº 10/2024 de 08/01, RJUE.

Intervenções:

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, pediu que fosse dada uma explicação sobre que trabalhos estão aqui em causa, tendo sido esclarecido que se trata da consolidação da cobertura em substituição disso pode ser retirada a existente e que seja consolidado só o topo das paredes, a conservação do alçado principal e respetiva pintura e a reparação dos vãos de porta e janelas, referente a uma reclamação feita agora, motivada pelo tufão que houve em que a grande a grande parte das anomalias identificadas resultam no efeito do tornado ocorrido na freguesia que provocou danos em diversos imóveis da zona, incluindo o prédio em causa, estando aqui a pedir-se um tempo extraordinário para fazer as obras.

Ponto nº 19 – DOTSM - Deliberação: 229/2026
Festas de S. Matias - Aldeia do Cacheiro. Pedido de corte temporário de estrada. Requerente: Junta de Freguesia de S. Matias. RATIFICAÇÃO

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4774/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 21 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, ratificar o despacho do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo, datado de 22 de maio de 2026, no sentido do corte temporário de via, paralela à Rua da Igreja do Cacheiro, no dia 23 de maio de 2026 a partir das 12H00 até dia 24/05/2026 pelas 04H00, no âmbito das festas do Cacheiro – São Matias.

Ponto nº 20 – DOTSM - Deliberação: 230/2026
Pedido de Isenção de Taxas. Requerente: Elisabete Maria Ferro Cerejo (Carrocel dia da Criança). RATIFICAÇÃO.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4791/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 22 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Maioria, com 2 (dois) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadora Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues e 3 (três) abstenções por parte dos Vereadores, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, ratificar o despacho do Presidente, Dr. José Dinis Samarra Serra, no sentido da isenção das taxas relativas à realização do evento "Feira do Livro e Dia Mundial da Criança", para funcionamento do carrocel de 28 de maio a 1 de junho de 2026.

Intervenções:

- Vereador, Senhor **João José Cabim Malpique Rufino**, disse nada ter contra a contratação do carrossel, que até foi feita a informação proposta logo em março, pagar 4500 euros para o Carrossel estar ao serviço dos gaiatos praticamente numa hora de serviço, acha que é um valor um bocadinho exagerado, permite-se estar o Carrossel de 29 de maio até dia um de junho, e será cobrado pelo dono durante estes períodos e depois só na manhã do dia um de junho é que é grátis para todas as crianças, na manhã de um de Junho também houve atividade no Cine teatro com um grupo de teatro, achando que poderiam muito bem pagar o valor da licença, dizendo ir abster-se nesta situação porque vem a ratificar mas, o período que que foi feita, a proposta, o requerente podia ter ter pedido a isenção dessa taxa, achando que quem recebe 4500 euros por uma manhã, pode pagar 72 euros, sendo essa a sua opinião.

Ponto nº 21 – DOTSM- Deliberação: 231/2026
Iluminação Pública. Reforço de Iluminação Pública na rua Sacadura Cabral em Nisa.

Nos termos da Informação/Proposta N° 4818/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais, datada de 22 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, aceitar o orçamento da E-Redes, no valor de 0.00 €, para instalação de 7 luminárias, na Rua Sacadura Cabral, em Nisa.

Ponto nº 22 – DOTSM - Deliberação: 232/2026
Atribuição de Número de Polícia na Rua Ramal de Portalegre, nº 22 em Alpalhão. Requerente: Helena Maria Garraio Nabais.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4853/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 25 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, conceder a atribuição de número 22-A, a prédio situado na Rua Ramal de Portalegre, em Alpalhão, nos termos do artigo 40º do Aviso nº 10778.2017 de 19/09, requerido pela Senhora Helena Maria Garraio Nabais.

Ponto nº 23 – DOTSM - Deliberação: 233/2026
Direito de Preferência: Rua Dr. Graça, nº37 - Nisa, Requerente: João Maria Florindo Salgado de Goes, Notário. RATIFICAÇÃO

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4572/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 14 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, ratificar o despacho datado de 19/05/2026 do Presidente Dr. José Dinis Samarra Serra, no sentido de **não exercer** o direito de preferência, relativo ao Prédio sito na Rua Dr. Graça nº 37, em Nisa, requerido por João Maria Florindo Salgado de Goes, Notário.

Ponto nº 24 – DOTSM - Deliberação: 234/2026
Nisa Tech – Espaço Multiusos de Inovação e Competitividade/ ÉNisa Tech – Parque Cultural – Prorrogação de prazo de execução da obra.

Nos termos da Informação/Proposta Nº 4960/2026, da Divisão de Ordenamento do Território e Serviços Municipais datada de 27 de maio de 2026, o Executivo Reunido aprova por Unanimidade, com 5 (cinco) votos a favor, do Vice-Presidente, Dr. José Leandro Lopes Semedo e Vereadores Dr.ª Maria do Rosário Carita Rodrigues, Senhor João José Cabim Malpique Rufino, Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo e Senhora Ana Cecília Manteiga Carrilho, uma nova prorrogação do prazo de execução da mesma por um período de 100 dias, e tendo em consideração o nº2 do art.º 13º do D.L. nº 6/2004 de 06/01, com esta prorrogação, não haverá direito a qualquer acréscimo de valor, tendo em conta que ela deriva de causas imputáveis ao empreiteiro, terminando o mesmo em 14 de setembro de 2026.

Aprova-se também o Plano de Trabalhos e o Plano de Pagamentos, nos termos do nº 1 do art.º 18º do D.L. 197/99 de 08/06.

Este ponto contou com a presença do senhor Diretor de produção e da Obra da empresa, Senhor Engenheiro António, bem como do Senhor Engenheiro Ricardo que faz o acompanhamento diário da obra, tendo o Engenheiro António que referiu mostrar toda a disponibilidade em vir cá porque

achou que também para ele já começa a ser um período demasiado prolongado em não executarem a obra, no tempo em que deveria ter sido, querendo explicar aqui algumas coisas para se perceber todo o enquadramento da obra e o que é que os trouxe até aqui, por achar que há um histórico que deveria ser aqui referido, feito por partes nos pedidos que foram feitos através do que fizeram e que foram aqui através do Engenheiro Luís expostos em que esta obra começa por ser uma obra de uma complexidade enorme, um projeto muito bonito, sem dúvida nenhuma, mas em termos de execução técnica é extremamente complexa, atrevendo-se a dizer que será mais fácil e ouviu o que se foi aqui dito na reunião e também conhecem esse processo, será mais fácil fazer a ponte sobre o Rio Sever do que fazer esta obra, porque em termos da questão de tudo o que é de estrutura, de betão armado, é mais difícil, porque é uma ponte suspensa que se tem ali, ao passo que a outra ponte é uma apoiada e só como exemplo teve-se um período que não se pensou que fosse assim, mas que por uma questão de segurança para cima de tudo em conjunto com o Projetista e com a Câmara, teve-se dois meses à espera só para conseguir fazer medições de como se comportava a estrutura toda aquela laje que dava para ver de fora, todas essas condições técnicas e muito complexas, tem uma quantidade de aço enorme, logo aí as coisas andaram para a frente, porque não se pensou que fosse tão complexo, tão difícil e nos dias de hoje, cada vez é mais difícil arranjar pessoas que façam bem o trabalho.
Posteriormente passou-se por um Inverno extremamente rigoroso e conhecendo a na zona do Alto Alentejo muito bem, não se lembra do Inverno como este que foi passado aqui este ano, tudo o que é trabalho exterior porque é trabalhos de revestimentos, tudo isso ficou extremamente condicionado e quando quiseram, no início do ano, quando estavam a contratualizar uma série de trabalhos e subempreiteiros que iriam desenvolver todos esses trabalhos de exterior e acabar a empreitada, ocorreu aquela situação em Leiria da tempestade que danificou cerca de 50% das instalações e quando se fala em instalações é o grupo empresarial, ele representa a Nova Gente empreitadas, é o Diretor de Produção e o Diretor-Geral também da empresa, mas existem as outras empresas, nomeadamente uma empresa de metalomecânica, construção metálica, a empresa de caixilharia de alumínios, a empresa que faz moldagem e corte de ferro, a carpintaria e tudo isso foi muito, mas mesmo muito danificado, sendo irónico, mas como a sede social do grupo registado em Lisboa , tudo o que foi apoios e tudo o que foi ajudas para a reconstrução, layoffs, seja tudo isso, viram-se a braços a pensar que iriam de algum modo ter apoios também como muitas outras empresas tiveram e ficaram completamente sozinhos porque a segurança social, finanças, banca que é todo o Estado, como estão registados em Lisboa ficaram de fora, não conseguiram ter qualquer apoio tendo dezenas de trabalhadores que não tinham trabalho, tiveram que fazer face às despesas todas, nada foi reconstruído ainda porque também do seguro ainda não têm a aprovação, mas criar as condições mínimas de manter as pessoas a trabalhar, porque como se sabe, quem anda no meio autárquico e quem é do país mais interior, o que emana muitas vezes do governo central e o que é dito e o que é comunicado na imprensa, não sendo propriamente o que chega, o que aconteceu foi que tiveram que fazer face as despesas todas e tiveram que fazer escolhas entre ter que pagar salários, ter que se pagar segurança social, não tiveram direito a moratórias, tiveram que pagar a segurança social, tiveram que pagar ao Estado, tiveram que pagar essas despesas

todas e investir para pôr as empresas a trabalhar e viram-se naquela situação, em que algo que teve que ficar para trás e não conseguiram fazer face a contratos e a compromissos com subempreiteiros e outros fornecedores que fez com que tivessem a possibilidade de fazer o trabalho e não tivessem os parceiros com eles para o fazer, achando que devem reconhecer isso, devem deixar o orgulho para trás e reconhecer e é por isso que se encontram aqui para dizer, cara a cara, olhos nos olhos, o que os trouxe agora a que a obra tenha que se prolongar foi a incapacidade da sua parte em fazer face aos compromissos que tinham com subempreiteiros e como toda a gente precisa de faturar e de receber para poder trabalhar, compreendem que também não podiam exigir de outras pessoas que trabalhassem por eles de graça, agora têm estado a resolver as situações, finalmente conseguiram desenvolver alguns progressos nesta questão das pessoas perceberem que apesar de estarem registados em Lisboa, a vida é toda feita em Leiria.
Felizmente, como o Engenheiro Luís já viu, retornaram uma série de pessoas à obra, tínhamos a estrutura do vidro, já veio, porque já pôde ser fabricada, precisando-se de tempo e da vossa compreensão para se poder terminar isto, porque também querem ir embora, que já cá estão há demasiado tempo, não é que não gostem de cá estar, mas já cá estão há tempo suficiente e querem fechar o processo, daí apelarem à compreensão da Câmara, para poderem encerrar isto.

Intervenções:

- Vereadora, Senhora **Ana Cecília Manteiga Carrilho**, questionou se quando entregaram a obra a essa empresa não disseram logo da laje que estava lá para rebentar correto ou também não tinham conhecimento da complexidade daquela laje para se fazer depois aquela estrutura lá em cima da complexidade da obra em si, tendo sido referido que isto estava tudo previsto, não deixando de ter o seu reparo que é muito triste continuar a falar-se de uma obra que qualquer é inaugurada e sem que tenham conhecimento

- Vereadora Doutora **Fernanda Maria Bizarro Policarpo**, A Vereadora Doutora Fernanda Maria Bizarro Policarpo agradeceu a presença dos representantes da empresa e disse reconhecer que, para todos os envolvidos nesta problemática nacional e, principalmente, para aqueles que não tiveram qualquer apoio, este é um problema que nos deve envolver e ao qual não se pode virar as costas. Não seria ela a bloquear este pedido e, de facto, terem estado ali a tarde toda para falar com eles foi um «karma»; podiam ter sido colocados em primeiro lugar e todos teriam percebido isso, porque compreende que já basta o «karma» que têm tido, pelo que, da sua parte, entende perfeitamente. Contudo, a sua problemática tem a ver mais com a proposta e com o risco financeiro. Nomeadamente, fez-se uma candidatura cujo prazo termina no final deste ano, segundo o que já entendeu; por isso, questionou se existe garantia técnica e administrativa de que a totalidade da execução física e financeira será concluída dentro do prazo da comparticipação, tendo sido dito que, até 14 de setembro, se vai a tempo de submeter os atos para pagamento, desde que a obra seja terminada dentro dos cem dias e deste prazo que se vai conceder. Perguntou ainda se a Autoridade de Gestão foi informada desta situação, tendo sido respondido que ainda não, porque o prazo ainda

não foi aprovado, mas que o será assim que a aprovação aconteça. Questionou também se o plano de pagamentos está alinhado com os prazos de financiamento, tendo sido esclarecido que, com o novo prazo da obra, quer o plano de pagamentos quer o programa de trabalhos estão alinhados com o dia 14 de setembro, pelo que a receção de validade técnica irá acontecer só após essa data.

Ponto nº 25- SEA- Deliberação: 235/2026
Aprovação em Minuta das Deliberações que antecedem

A presente Minuta, depois de lida em voz alta aos Eleitos presentes foi aprovada por Unanimidade, para efeitos de eficácia externa imediata legalmente prevista, conforme o disposto nos nºs 3 e 4 do art.º 57º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, pelo que poder-se-ão considerar aprovadas as Deliberações em Minuta nos termos e para cumprimento do disposto no nº 3 do art.º 57º da Lei acima referida.

Encerramento da Reunião.

A presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nisa foi devidamente encerrada pelo Presidente da mesma, para cumprimento do previsto e disposto na alínea p) do nº 1 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, quando eram 18h10.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, conforme o disposto no nº 1 do art.º 57º da Lei nº 75/2013, de 16 de fevereiro, é constituída por 34 folhas, devidamente numeradas e rubricadas e vai ser assinada nos termos do disposto no nº 2 do referido art.º 57º, pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Dr. José Leandro Lopes Semedo e por mim, António da Piedade Pimpão Crespim, Coordenador Técnico do Mapa de Pessoal por Tempo Indeterminado da Câmara Municipal de Nisa, da Secção de Expediente e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA REUNIÃO

(Dr. José Leandro Lopes Semedo)

(Vice-Presidente CM Nisa)

O COORDENADOR TÉCNICO

(António da Piedade Pimpão Crespim)

(Secretário)

MUNICÍPIO DE NISA – CÂMARA MUNICIPAL

Ata presente em Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de outubro de 2026 e aprovada por: MAIORIA

- Favor: 4 (quatro) votos (PS, PSD, CDU)

- Contra: () voto com Declaração de Voto ()

- Abstenção: 1 (uma) voto (PS)